

Moderados do PMDB agem para prorrogar

Brasília — Luciano Andrade

O deputado Expedito Machado (CE), um dos articuladores do Centro Democrático, um movimento que aglutina na Câmara parlamentares do PMDB dispostos a lutar pela permanência do presidente José Sarney no Palácio do Planalto por cinco anos, começou a promover, nos últimos dias, sondagens mais abertas em torno da possibilidade da prorrogação dos atuais mandatos municipais por um ou dois anos. Dois pemedebistas do Estado do Rio e um outro de Minas, que pediram sigilo em torno dos seus nomes, revelaram que foram abordados pelo deputado cearense desejo de conhecer o pensamento das bancadas fluminense e mineira sobre a questão.

A movimentação dos integrantes do Centro Democrático — o movimento chegou a reunir 117 parlamentares, mas começou a minguar em fins de maio — para saber até onde a tese prorrogacionista empolga foi intensificada a partir da última quarta-feira a pedido de setores influentes do Palácio do Planalto. O governo começou a colecionar, por sua vez, de todas as partes do país, moções de Câmaras de Vereadores e ofícios de prefeitos, passados por telex, de apoio à prorrogação.

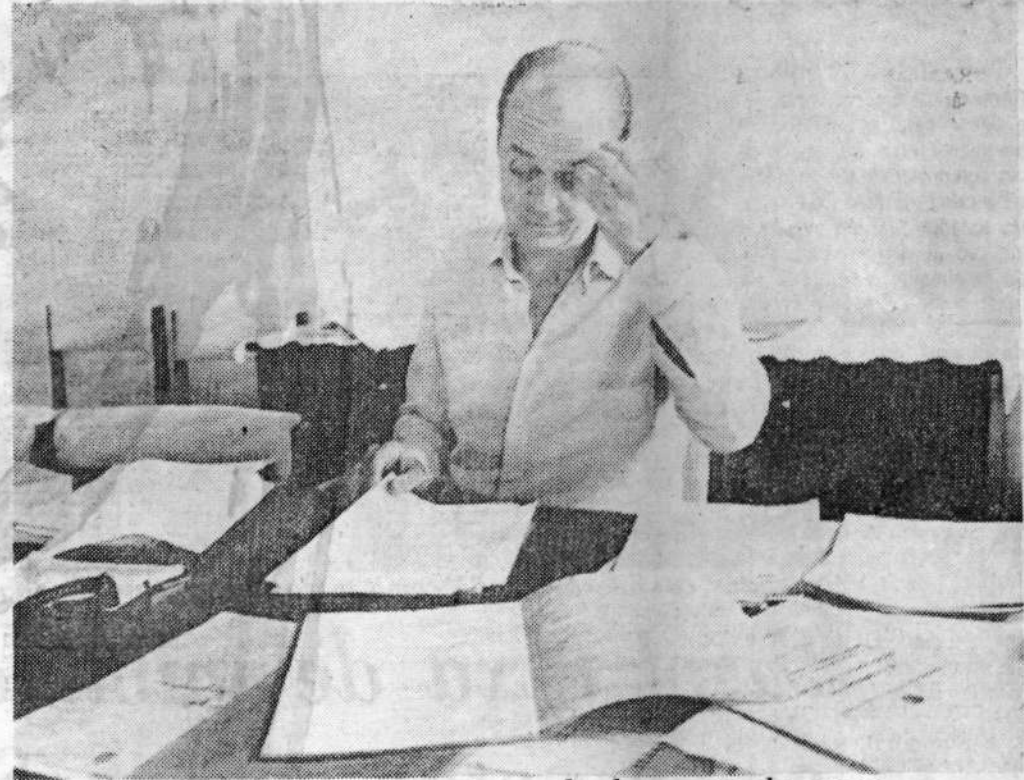
Miro atua — O deputado Miro Teixeira, que integra o grupo pró-diretas-já criado dentro do PMDB, depois da decisão do presidente do partido, Ulysses Guimarães, de adiar a convenção que se pronun-

ciaria sobre a extensão do mandato do presidente José Sarney, conseguiu levar o presidente da executiva pemedebista do Estado do Rio, senador Nelson Carneiro, a repudiar a campanha de cunho prorrogacionista.

Nelson mandou um ofício a Ulysses para manifestar sua "profunda repulsa a qualquer movimento de prorrogação de mandatos". Recomendou, ao mesmo tempo, ao presidente nacional do PMDB que procurasse, por todos os meios possíveis, "garantir à sociedade que o principal partido do país, o de maiores bancadas na Câmara e no Senado, não estimulará nenhum ato casuístico".

— O simples anúncio de que a prorrogação de mandatos está sendo tramada em sombrios bastidores políticos é para mim sintoma de retrocesso — disse o deputado Miro Teixeira.

Enquanto aguardava a abertura de uma reunião do diretório regional do PMDB do Estado do Rio, Miro recordou que considerou estranho um ofício que recebeu da Câmara de Vereadores de Itaboraí, no Grande Rio, condenando a prorrogação de mandatos: "É que à época ninguém falava do assunto em Brasília. Agora, quando a questão vem à luz, eu acho oportuno lembrar esse episódio, porque os vereadores não costumam se pronunciar no escuro".



Serra leva trabalho para casa tentando dar conta do prazo

Prefeitos fazem reunião

SÃO PAULO — A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney é líquida e certa, na opinião dos 150 prefeitos de São Paulo, Minas, Paraná e Goiás que se reúnem, hoje, em Garça — a 600 quilômetros da capital, no centro-oeste paulista, para reivindicar a prorrogação de seus mandatos. Eles têm tanta certeza de que as eleições presidenciais se realizarão em 1989 que resolveram retirar do texto do manifesto a ser divulgado hoje o apoio à decisão de Sarney de só entregar o cargo a seu sucessor em março de 1990.

No documento, os prefeitos recorrem aos argumentos econômicos para referendar a tese da prorrogação de seus mandatos, adiando as eleições municipais de novembro de 1988 para 1989. Eleições no ano que vem, nos municípios e, um ano depois, para a presidência da República, alegam, será oneroso para o país. Por isso, "preocupados com as dificuldades econômicas por que atravessa a nação", eles "sugerem" a prorrogação dos mandatos para permitir a "simultaneidade dos pleitos".

Cópias do manifesto dos administradores municipais dos quatro estados, já apoiado pelos deputados federais pemedebistas Francisco Amaral (coordenador da bancada paulista na Constituinte e autor da emenda pela prorrogação), Doreto Campanari e Antônio Perosa (vice-líder do PMDB, ligado ao senador Mário Covas), serão encaminhadas ao presidente José Sarney, endereçadas à Constituinte e divulgadas à nação.

O ônus de três eleições consecutivas — prefeitos e vereadores em 1988; Presidência da República em 1989 e de governadores, deputados federais e estaduais e senadores em 1990 — também é um argumento que vem sendo utilizado pelo próprio presidente Sarney, para sondar governadores sobre a tese do adiamento do pleito marcado para o próximo ano.

— Quem deseja eleição o ano que vem é a esquerda. Como ela é minoritária, nosso movimento será vitorioso — diz o organizador do movimento, Júlio Marcondes de Moura, prefeito de Garça. "Campanha eleitoral no interior é muito cara. Aqui, quem tem dinheiro não tem liderança e quem tem liderança não tem dinheiro. Eleição simultânea custa menos", diz.

O deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) apresentou à Comissão de Organização Eleitoral e Partidária proposta de emenda prorrogando por um ano os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. Se aprovada, as eleições municipais do próximo ano seriam realizadas em 1989, na mesma data que o presidente José Sarney deseja para a eleição de seu sucessor à Presidência da República. "É falta de decoro parlamentar fazer uma proposta desta", reagiu o líder do PCB, Roberto Freire. O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, também reagiram mal à proposta do deputado Francisco Amaral.

Emenda dá ao Congresso poder de sustar obras faraônicas

BRASÍLIA — Se o substitutivo do deputado José Serra (POMDB-SP) for aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — da qual é relator —, se não for alterado na Comissão de Sistematização e passar pelo teste final da Constituinte, que será a votação em plenário, o Congresso Nacional terá mecanismos para sustar a execução de obras como a Ferrovia Norte-Sul, por exemplo. Isto porque Serra propõe a instalação de uma comissão mista com fortes poderes de controle dos investimentos e subsídios do Executivo, que não tenham obtido aprovação do Legislativo.



Para concluir o seu substitutivo a tempo de ser apresentado hoje, o deputado paulista trabalhou intensamente em casa, nos últimos dias, com seus assessores. Enfrentou uma "grande pressão" (segundo ele próprio) dos estados do Sul, em torno da questão tributária. Excluídos do repasse do Fundo de Participação dos Estados pelo anteprojeto aprovado na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, eles querem a rejeição do princípio que limita o FPE aos estados com renda per capita inferior à média nacional.

Assim, ficariam excluídos o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. Para evitar confrontos na hora da votação, as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste já admitiam, ontem, a abrangência do Fundo a todos os estados, com a condição de que fosse ampliado o percentual de 2% do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação nas regiões Norte e Nordeste. Majoritária

na comissão, a bancada desses estados "não aprovará nada que contrarie o seus interesses", afirmou o deputado Fernando Coelho (PMDB-PE), que foi relator da Subcomissão de Tributos, defendendo a ampliação deste percentual de 2% para "4 ou 5%".

Pressões — Até a tarde de ontem, Serra ainda estudava o assunto, sob pressão dos dois lados. Mas ele já havia decidido incluir em seu substitutivo uma proposta que causará impacto: a fixação da despesa máxima que União, estados e municípios poderão ter com pessoal, inclusive da administração indireta, em 2/3 de sua receita. Isto por fim à situação observada hoje em algumas unidades, onde a folha de pagamento do funcionalismo supera o montante de recursos do governo.

A proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, de impedir a captação de recursos no mercado pelos bancos estrangeiros que operam no país, não estará incluída no substitutivo de Serra. Segundo ele, "toda a questão do funcionamento de bancos estrangeiros no país estará condicionada à reciprocidade e aos acordos internacionais".

O substitutivo tornará o Banco Central mais independente, com clara separação de funções em relação ao Tesouro Nacional. O Banco Central não poderia mais emitir títulos da dívida pública e sua diretoria seria nomeada com aprovação do Senado Federal. Serra propõe, ainda, a elaboração de dois códigos financeiros: o de finanças públicas e o do sistema financeiro. Seu trabalho será votado pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças na próxima segunda-feira, às 10 horas.